

IGUALDADE E DIFERENÇA - AS DIVERSAS CULTURAS E A CULTURA POPULAR

Maristela Corrêa Borges¹
Carlos Rodrigues Brandão²

1. CULTURA, CULTURAS

Somos hoje uma única espécie de seres que a si mesmos deram o nome de “humanos”.

Diversos entre raças e etnias, somos uma espécie só. Ao contrário das outras espécies de primatas, viemos ao mundo com o aparato biológico tão uniforme que poderíamos falar (como se supõe que aconteceu de fato antes da Torre de Babel) uma única língua. No entanto, somos seres que se alçaram do sinal ao signo e do signo ao símbolo. Assim, se biologicamente deveríamos falar uma única “língua”, como os orangotangos ou os gorilas, falamos, somente hoje em dia, cerca de seis mil línguas e dialetos deferentes. Apenas aqui no Brasil existem mais de cento e setenta línguas de povos indígenas.

Um dos acontecimentos mais intrigantes e mais originais a respeito de nós mesmos é a constatação de que nascemos com um equipamento para viver mil vidas, mas terminamos no fim das contas tendo vivido uma só. De maneira bastante diversa do que aconteceu, por exemplo, com os primatas (como nós) denominados por nós de macacos, ao invés de mantermos uma pluralidade de espécimes diferentes, acabamos reduzidos a uma só. Somos uma única espécie. Os seres humanos são um só. As diferenças reais entre pessoas e grupos humanos de todos os povos espalhados por toda a Terra, são essencialmente inexistentes. No entanto, um menino esquimó criado em uma cidade do Brasil, sem nunca haver vivido nada de seu “mundo inuit” (que é como os esquimós se chamam a si mesmos) será, aos 12 ou aos 18 anos, um brasileiro-paulistasorocabano típico, no corpo de um esquimó, ou de um inuit.

Pois a cultura humana é uma, mas as culturas dos grupos e povos humanos são múltiplas.

Foram e são inúmeras nos tempos da história e nos espaços da geografia humana. Somos a única espécie que, munida de um mesmo aparato biopsicológico, ao invés de produzir um único modo de vida, ou modos de ser muito semelhantes, geramos quase incontáveis formas de ser e de viver, como tipos de sociedades e de culturas.

Durante muito tempo estas *diferenças culturais* foram pensadas como *desigualdades entre culturas*. De que maneira? Seguindo tradições da Grécia antiga, os modos de ser “do outro” costumavam ser classificados como: “primitivos”, “selvagens”, “bárbaros”. Ainda hoje muitas vezes se pensam e se classificam povos e suas culturas desta maneira. Tomando o modo de ser ocidental, branco e europeu de ser como um padrão de civilidade e de desenvolvimento cultural, todos os outros eram avaliados como situados em algum ponto anterior de uma espécie de “evolução” inevitável

1 Mestranda em Geografia - Universidade Federal de Uberlândia e Professora da rede pública municipal de Uberlândia, MG.

2 Professor do Doutorado em Ambiente e Sociedade da UNICAMP; professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador visitante da Universidade Estadual de Montes Claros

e diferenciada da humanidade. Ciências, sistemas jurídicos, artes, religiões, enfim, modos sociais de ser, pensar e viver de povos das Américas, da Ásia, da Oceania e da África, eram distribuídos em escalas de “evolução cultural” com graus quantitativos e qualitativos de “atraso” ou de “primitivo”, diante de um padrão de “civilização” representado, quase sempre, por algum sistema cultural “erudito e civilizado” de atribuição de identidade.

Nada mais errado do que dizer: “esse homem não tem cultura nenhuma”. Nada mais equivocado do que dizer: “essa é uma gente sem cultura”. E, no entanto, não é raro que algumas pessoas pensem assim. E também não são raras hoje em dia, como no passado, ações sociais derivadas de idéias que centram em um *modo de ser* ou em uma *cultura* toda a excelência, e desqualificam as outras. Ações sociais por meio das quais em algum lugar do mundo uma língua antiga de um povo é proibida de ser falada; uma religião é proibida de ser praticada, algumas formas de pensamento são proibidas de serem pensadas e algumas canções são proibidas de serem cantadas.

Cada ser humano é um eixo de interações de ensinar-aprender. Assim, qualquer que seja, cada pessoa é em si mesma uma fonte original de saber e de sensibilidade. Em cada momento de nossas vidas estamos sempre ensinado algo a quem nos ensina e estamos aprendendo alguma coisa junto a quem ensinamos algo. Ao interagir com ela própria, com a vida e o mundo e, mais ainda, com círculos de outros atores culturais de seus círculos de vida, cada pessoa aprende e reaprende. E, assim, cada mulher ou homem é um sujeito social de um modo ou de outro culturalmente socializado e é, portanto, uma experiência individualizada de sua própria *cultura*.

Cada *cultura* é uma experiência única, irreduzível a qualquer outra. Cada sistema cultural vive o seu próprio tempo em seu próprio ritmo. Cada cultura possui uma coerência interna em todos os seus planos e em todas as suas dimensões de realização. Portanto, cada cultura somente pode ser compreendida em toda a sua experiência, “de dentro para fora”. Isto é, do interior de sua própria lógica para qualquer outra.

Entre o que podemos chamar de “cultura tapirapé”, “cultura aymara”, “culturas de tradições afro-americanas” e “culturas brancas de tradição européia nas Américas”, existem formas qualitativas de diferenças de realização e, não, graus quantitativos de desigualdade evolutiva traduzível como mais ou menos “primitiva” ou “civilizada”. Os cientistas da *natureza humana* (biólogos, geneticistas, paleontólogos) não encontram razão alguma que justifique uma diferença que signifique uma verdadeira desigualdade qualitativa entre as diferentes “raças humanas”, cujo equivalente cultural são as inúmeras etnias do passado e do presente da humanidade. Assim também os cientistas sociais não afiliados a alguma visão evolucionista estreita, não encontram motivos para classificar as culturas dos diferentes povos da terra segundo qualquer escala hierárquica típica dos olhares do passado.

Simplesmente não há escalas, não há uma “trajetória do selvagem ao civilizado, passando pelo bárbaro”, não há um eixo central de onde as culturas partem e não há um ápice cultural que todas devem inevitavelmente atingir. Existem diferentes vocações culturais e esta diferença não é um acidente transitório a superar. Ela é a própria realização de uma vocação humana à liberdade, na criação contínua da diversidade das experiências humanas de vida e de sentido da vida.

Sem qualquer eixo universal de determinação de direções únicas, as culturas humanas possuem situações de origens diferenciadas. Possuem trajetórias de interações com a natureza e com outras culturas também diferentes. Possuem, finalmente, ritmos de transformações e vocações de realização de si mesmas e de seus sujeitos, também diferenciadas. Esta é também a razão pela qual hoje em dia dizemos que existem inúmeras experiências partilhadas, logo, socioculturais, de Deus, do sagrado e da religião, que em nada podem ser classificadas como “primitivas”, “atrasadas”, “falsas” ou “evoluídas”, verdadeiras”. Cada uma delas realiza no tempo e no espaço uma vocação humana da experiência do sagrado. E é mais através de suas diferenças em direção a horizontes humanos comuns, do que por meio de suas igualdades forçadas, que elas se comunicam através do diálogo fraternos entre os seus diferentes crentes

e praticantes.

E os próprios sonhos e ideais humanos, como a busca universal da paz, como o destino ao amor, à partilha solidária da Terra, como a procura incessante de construção de um único mundo justo, fraterno e não-excludente de pessoas, de povos e de experiências culturais, há de ser uma convergência entre pessoas, povos e culturas diferentes pela escolha de seus caminhos, e absolutamente igualados quanto aos direitos humanos de trilhá-los com passos de seres humanos livres, participantes, solidários e felizes. Fernando Pessoa diz isto: “tudo o que existe é diferente de mim. E por isso tudo existe”.

Mas, do mesmo modo como em nosso mundo de antes e, sobretudo, de agora, os povos da Terra, as *sociedades*, as *etnias*, as *classes sociais*, foram e seguem sendo politicoeconomicamente tornadas desiguais quanto a direitos, deveres e poderes, assim também acontece com as *culturas*. Dentro de uma mesma sociedade complexa, a *cultura* são *culturas*. Mas como a *cultura* não é apenas o resíduo da produção material do trabalho humano, mas é também, vimos, o complexo processo social do organizar-se para fazer, criar e dar sentido a todas as experiências da vida individual e coletiva, a *cultura* “é” e “contém” sistemas de *conhecimento*, de valor e de poder. Através de seus símbolos e significados atribuímos significados a nós e aos nossos mundos. Mas através dela justificam-se também e tornam-se legítimas as *diferenças humanas* transformadas em *desigualdades sociais*.

Assim, quando falamos em *religião erudita* e em *religiosidade popular*, da mesma maneira como quando falamos em *conhecimentos científicos* e em *crendices populares*, podemos estar encobrando, sob a aparência de diferenças de modos de sentir, de classificar o real, de pensar e de produzir tecnologias de ação social, visões de desigualdade que tornam algumas formas de “culturas legítimas” (“oficiais”, “civilizadas”, “adiantadas” “eruditas”, “canônicas”) e tidas também como “culturas hegemônicas” ou “dominantes”, *versus* “culturas ilegítimas” (“selvagens”, “populares”, “atrasadas”, “primitivas”, “desviantes”, “rústicas”) e tidas também como “subalternas” ou “dominadas”.

Esta simples divisão dual, realizada de-cima-para-baixo por detentores do poder de estabelecer valor de qualidade sobre as diferentes culturas, já é, ela mesma, uma ação ideológica através da cultura. Já é um dos meios pelos quais pessoas, classes e povos são levados a serem pensados e a se pensarem a si mesmos como “de uma posição inferior” dentro de uma escala de saberes tornados valores, em que as desigualdades de direitos e poderes sociais são legitimadas pelo exercício do domínio simbólico de uma cultura sobre as outras.

Afinal, quem sempre teve o poder de identificar como um saber, de classificar como um valor e de atribuir posições e direitos como um poder, sobre as pessoas, os povos e as culturas dos indígenas, dos afro-descendentes, dos camponeses, dos operários, dos inúmeros excluídos da América Latina? Quem se dá o direito de estabelecer qual a forma de religião ou qual a prática de medicina “legítimas” e quais as que, sendo “ilegítimas”, devem ser postas à margem, controladas, “civilizadas”?

Em uma sociedade desigual e, mais ainda, dentro dos parâmetros e sob os interesses da lógica do mercado do momento neoliberal e globalizado que atravessamos, a *cultura*, mais do que antes e mais do que nunca, é tomada segundo um duplo interesse.

Primeiro: ela é uma região múltipla e manipulável de imagens, de símbolos, de idéias, valores e de saberes, que através da *indústria cultural* - ou da *cultura de massas* - cria e impõe modelos de sentir-e-pensar. Cria e difunde identidades, gera e multiplica sugestões de modos de ser e de querer-agir socialmente compatíveis com os interesses do próprio mercado de bens, de serviços e de sentidos, onde um olhar livre, crítico e vocacionado à participação política através da própria cultura se dissolve em um vago sentimento de rebanho.

Segundo: como tudo o mais, tal como acontece com as próprias pessoas humanas, a empresa neoliberal transforma o todo e cada fração das culturas em um repertório etiquetado de bens de venda e de consumo. A arte, a

ciência, a educação, a religião e tudo o mais valem pelo que produzem. Valem pelo que rendem economicamente e, assim, pelo que geram entre a acumulação de poder e a de capital.

Estes dois sentidos dados à cultura em uma sociedade desigual provocam uma compreensão, quase que inconsciente, de hierarquização cultural, em que tudo o que se produz nos meios populares, entre festas, manifestações, artes e artesanatos valem de acordo com o modo que se transformam em mercadoria e espetáculo.

Apesar disso, manifestações de cultura popular e das diversas culturas continuam seus processos de criação e re-criação, dentro de seus níveis de valoração, reafirmando-se e resistindo aos processos de espetacularização e mercantilização, inclusive, utilizando-se destes para continuar existindo.

2. APRENDER COM A DIFERENÇA

Coerentes com os pontos de vista expostos até aqui, devemos chamar a atenção para o cuidado que deve ser tomado para que o acolhimento das diferenças culturais, étnicas e pessoais não seja apenas um ato vertical de mera tolerância. Algo do tipo: “eu sei que sou superior a ele, mas acato e respeito a sua maneira de ser e de viver”. Um falso *multiculturalismo* poderia ser não mais do que um instrumento de encobrimento dos direitos sociais e políticos dos “outros”. Tomás Tadeu da Silva expõe esta preocupação em um verbete de seu livro: *Teoria cultural e educação - um vocabulário crítico* (2000, 81).

Multiculturalismo - movimento que, fundamentalmente, argumenta em favor de um currículo que seja culturalmente inclusivo, incorporando as tradições culturais dos diferentes grupos culturais e sociais. Pode ser visto como o resultado de uma reivindicação de grupos subordinados - como mulheres, as pessoas negras e as homossexuais, por exemplo - para que os conhecimentos integrantes de suas tradições culturais sejam incluídos nos currículos escolares e universitários. Mas, criticamente, no entretanto, também pode ser visto como uma estratégia dos grupos dominantes, em países metropolitanos da antiga ordem colonial, para conter e controlar a demandas dos grupos de imigrantes das antigas colônias.

Uma ação cultural e um projeto de educação inclusiva fundados em valores de intertransculturalidade, deveria começar pela redescoberta do sentido e do valor intrínseco a cada cultura de vocação popular, tradicional, indígena, negra, camponesa e suas semelhantes.

Pensamos em experiências múltiplas de culturas que reflitam, cada uma a seu modo, mas todas convergentes a um mesmo horizonte de justiça, paz e felicidade, o mundo em que vivemos tal como ele de fato é. Culturas que, livres do poder do interesse do mercado, sejam o lugar de diálogos que conduzam as pessoas dos povos e os povos do mundo à conquista de sua própria liberdade.

Somos iguais, mas somos igualmente diferentes. Somos uma única espécie biológica, mas dentro dela, somos uma imensa variedade de modos de viver, de sentir, de saber e de construir a vida. Uma criança de dois anos aprendeu uma língua, e aprendeu e aprenderá antes e depois, a “língua” dos costumes e crenças de seu povo, de sua gente. Desde muito cedo e por toda a sua vida, já a sua *cultura* a habita. Já ela é também uma habitante de um mundo de partilha de símbolos e de sentidos de vida.

Em um âmbito bem mais amplo, a mesma COIsa acontece com cada fração social de pessoas e de conexões entre pessoas: uma família, uma pequena comunidade de pescadores ou de camponeses, uma tribo ou aldeia de indígenas, por pequena que seja. Algumas tribos indígenas brasileiras com não mais do que umas cem mulheres e homens, falam línguas tão complexas que exigem de quem chega anos de estudos para serem aprendidas. Nenhuma delas deixa de ter os seus mitos, as suas lendas, as suas histórias para crianças, os seus cantos, seus deuses e suas danças. Todas elas

ao longo do tempo desenvolveram sábias tecnologias para viverem e se reproduzirem na floresta. Ali onde um de nós, “branco civilizado”, morreria de fome ou de medo em poucos dias, mulheres indígenas criam filhos sábios e sadios.

Todas as tribos indígenas, assim como todas as nossas comunidades populares, são sociedades humanas criadoras de suas próprias *culturas*. Crianças e jovens participantes delas são socializados a partir da relação fundadora com a mãe, de tal maneira que ao atingirem a juventude, moças e rapazes estão plenamente “prontos para a vida”. Isto é, foram educados para aprenderem a caçar, a plantar, a preparar alimentos, a curar doenças, a fazer o amor, a falar a sua língua e conhecer suas diferentes linguagens e gramáticas culturais, a criar os seus filhos, a interagirem com as diferentes categorias de atores de seu mundo social, a compreenderem o sentido de seus mitos, a crerem em seus deuses e a lidarem com o ser mais perigoso do planeta: o “homem branco e civilizado”.

Não há grupo humano estável que além de ter a sua vida social, a sua *sociedade*, não tenha também a sua *memória*, a sua *história*, a sua *cultura*. A complexa teia e trama daquilo que em tudo o mais - vida social, memória, história - a experiência de uma *cultura*, de sua partilha recíproca e de seu aprendizado está contido. As formas humanas de “ocupar o Planeta”, de “socializar a natureza” e de criar um “modo de vida” peculiar, são muitas. São múltiplas ao longo da longa história humana e são múltiplas na geografia da atualidade.

Nós nos acostumamos a atribuir qualidades às diferentes culturas humanas, em geral tomando a nossa própria como referência. Às vezes damos a isto o estranho nome de *etnocentrismo*. O nome é estranho mesmo, e a “coisa” que ele traduz também. Pois ele é a perigosa vocação de centrarmos nossas avaliações em nós mesmos, em nosso “etno” - nossa identidade, “ethos”, maneira de ser e viver, nossa *cultura*, enfim - e a partir daí atribuímos significados a todos e a tudo o mais.

Por isso mesmo, ao falarmos das *culturas* que povoam o nosso cotidiano - umas mais próximas, outras mais distantes - além de falarmos de “cultura baiana”, “cultura brasileira”, “cultura ocidental”, “cultura moderna”, cultura arcaica”, falamos também de “cultura erudita” *versus* “cultura popular” (ou: “cultura inculta”, “cultura rústica”); “cultura civilizada” *versus* “cultura primitiva” (ou: “cultura selvagem”, “cultura indígena”); “cultura letrada” *versus* “cultura iletrada”, e assim por diante. E haja nomes!

No entanto, com um outro olhar, com o olhar de vocação *multicultural*, compreendemos que as *culturas humanas* são diferentes, mas nunca desiguais. São qualidades diversas de uma mesma experiência humana, e qualquer hierarquia que as quantifique e estabeleça hierarquias, é indevida. A própria idéia de que *culturas* evoluem e que as “mais atrasadas”, mais “populares” ou mais “primitivas” poderão atingir graus de “civilização” semelhantes às nossas (nossas de quem, “cara pálida?”) hoje em dia não recebe mais crédito algum entre as pessoas que estudam a fundo as diferentes *culturas*.

Tanto isto é verdadeiro que observamos hoje em dia uma enorme preocupação entre povos tidos como “os mais civilizados”, para com as suas memórias, histórias antigas e tradições populares. Em dois exemplos recentes do mundo ocidental vimos e seguimos vendo isto ocorrer: a Espanha de depois de Franco e a ex-União Soviética, de depois da queda do Muro de Berlim (um outro poderoso fato simbólico, não?). Em poucas nações houve e segue havendo um retorno aos valores, aos costumes, às artes, às experiências espirituais e religiosas, e também a tradições arcaicas e populares, como nestas duas nações.

Mais do que aqui no Brasil, na Espanha as crianças e os jovens aprendem o Espanhol, mas também outras línguas, como o Galego, o Catalão e o Basco. E não apenas isto. Nas escolas elas se revestem durante oficinas e nas festas populares, com as roupas de suas avós. Aprendem os seus cantos, suas falas, suas culinárias e seus poemas. Sem deixarem de habitar contextos sociais bastante modernizados, as pessoas reaprendem com gosto a reviver antigas tradições. Lástima que elas tenham quase “desaparecido” para serem de novo “redescobertas” e “revalorizadas”.

Lástima que convivamos com culturas hoje em dia tão frágeis, que necessitem serem “protegidas” .

Nas *culturas populares* existem formas de *educação extra-escolar* cujo valor apenas agora começamos a descobrir. Tal como acontece com os povos indígenas, cantando e dançando, vendo como-se-faz-e-fazendo, jogando e trabalhando ao lado dos “mais velhos”, os “mais jovens” convivem com aprendizados simples e complexos que vão dos segredos do plantio do milho até os de uma Folia de Santos Reis.

A *educação utilitária e instrumental* das escolas seriadas acompanhou toda uma vertente dominante no pensamento ocidental e deixou que duas quebras dramáticas fossem e sigam sendo consumadas. Uma é a “cientificação” crescente do conhecimento. Outra é a desqualificação de outras *culturas* e, sobretudo, as *culturas populares*, em nome de formas únicas e pretensamente civilizadas e eruditas do saber e do viver.

Temos perdido pouco a pouco o sentido arcaico e interativamente integral da vocação humana na criação de suas *experiências de cultura*. Temos sido levados a pensar que apenas o conhecimento oficialmente ocidental e científico, originado em centros consagrados do saber competente, é válido, útil, confiável. E, portanto, apenas o que provém dele e das ciências oficiais que o conduzem deve ser ensinado de fato nas escolas. Desaprendemos a lição de que não cabem nos limites das ciências oficiais a nossa vocação e a nossa capacidade de buscar respostas às nossas perguntas, de encontrar sentidos múltiplos e polissêmicos para as vidas, de entretecer compreensões e interpretações sobre os seus mistérios e os do mundo.

Outros sistemas de conhecimentos, de sentidos e de significados são igualmente fontes de preciosas e originais de saber e de valor. As artes, as filosofias, as experiências espirituais e religiosas de todos os povos, em todos os tempos, cada uma delas e todas elas constituem modalidades e qualidades diversas de saber e de sentido. Tal como acontece entre as diversas *culturas*, dentro de uma mesma *cultura* a física nuclear, a poesia, a música e a matemática não são formas hierarquicamente desiguais de conhecimento. São experiências igualmente diferentes de sentir, de compreender e de interpretar o real e, nele, a vida e a condição humana. Se existe alguma diferença, ela está em que com a física nuclear podemos fazer bombas atômicas, enquanto com a poesia podemos criar apenas os poemas que lamentem os seus resultados ou que bradem contra os seus senhores.

Em outra direção, a escola deixou de lado, ou colocou como assunto de “hora do recreio” ou “do mês de agosto”, a experiência tão rica no Brasil de criação de *artes, saberes, valores e saberes populares*. Uma atenção um pouco mais generosa para com a criação popular nos ajudaria a ver e a compreender que tal como sucede nos domínios das ciências e artes eruditas, entre nossos pescadores artesanais, entre nossos camponeses, seringueiros e tantos outros sujeitos de vida e de trabalho cultural, existem e se transformam verdadeiros sistemas complexos de conhecimento. Complexos sábios de saberes técnicos, científicos, sociais e artísticos, com que tanto se cura uma doença quanto se recorda a memória da história de um povo.

A *educação*, que tanto revê os seus currículos, ganharia muito em qualidade se fosse capaz de realizar algo mais do que uma simples revisão. Se ela ousasse reencontrar um sentido menos utilitário e mais humanamente integrado e interativo em sua missão de educar pessoas. Um dos passos nesta direção seria o reintegrar e fazer interagirem as diferentes criações culturais do espírito humano, com um mesmo valor. Ensinar a pensar e sensibilizar o pensamento entretecendo a matemática e a música, a gramática e a poesia, a filosofia e a física.

Um outro passo estaria na redescoberta do valor humano e artístico das criações populares. Mas seria então necessário trazê-las para a escola e para a educação, não como fragmentos do que é pitoresco e curioso, ou como um momento de aprendizado de hora de recreio. Ao contrário, o que importa é reaprender com a arte, o imaginário e a sabedoria do povo - dos vários povos do povo - outras sábias e criativas maneiras de viver, e de sentir e pensar a vida com a sabedoria e a sensibilidade das artes e das culturas do povo.

3. DA CULTURA À PESSOA - INCLUSÃO, APRENDIZADO E EDUCAÇÃO

E o que vale para as *culturas*, no plural, vale de igual maneira para cada *pessoa*, no singular. Cada ser humano é um eixo de interações de ensinar-aprender. Assim, qualquer que seja, cada pessoa é em si mesma uma fonte original de saber e de sensibilidade. Não somos humanos porque somos seres “racionais” e “sociais”. Somos humanos porque somos seres continuamente *aprendentes*. E somos seres em contínuo processo de re-aprendizagem porque, tanto no singular quanto no plural, quase nada em nós é fixo ou pré-determinado. E também porque, de seres *organicamente coletivos* (como as abelhas, as araras, os lobos ou os gorilas) nós aprendemos a nos transformar em seres *culturalmente sociais*.

Cada uma e cada um de nós, qualquer que seja o nosso grau e vocação de estudos escolares ou extra-escolares, é uma fonte única e original de saber e de sentido. Em cada pessoa uma *cultura* vive um momento de sua subjetividade. E uma mulher “analfabeta” é uma pessoa “letrada” nos muitos outros saberes e sabedorias de sua vida e sua *cultura*. Sem saber ler as palavras que os eruditos escrevem, ela pode ser senhora de sabedoria popular rara e preciosa.

O mesmo *valor-diferença* com que estamos dialogando neste texto vale para uma ampla *cultura*, tomada no seu sentido mais amplo, como quando falamos em uma «*cultura rural do Vale do rio São Francisco*», como, com mais motivos e de maneira mais cotidiana e concreta, vale para a vida singular de uma pessoa, de uma família, uma pequena comunidade de pescadores ou de camponeses. V ale, de maneira essencial, para a pequena comunidade de a cada ano se constitui como uma *turma de alunos* ou uma *comunidade aprendente* que ocupa por um ano ou mais um lugar chamado *sala de aula*, situado em um lugar mais amplo e diversificado chamado *escola, colégio, grupo escolar*, ou *comunidade educativa*.

Ali, por algum tempo e através do que cada participante - quem quer que seja - aporta de própria e originalmente seu, um pequeno milagre vai acontecer. Vai ser criada, aos poucos, uma experiência coletiva de vivência de uma fração de uma *cultura escolar*. Durante muito tempo imaginamos que um princípio-valor de uniformidade era o ideal da escola. Quanto mais todos fossem parecidos na “entrada” e fossem “iguais” (bons alunos, etc.) na “saída”, tanto melhor. Hoje aprendemos que não. E o melhor exemplo poderia vir de algo distante, mas também próximo a nós.

Durante todo período colonial no Brasil, “educar os indígenas” (mas nunca houve projetos de educação dos escravos!) era equivalente a “catequizá-los”. Era fazê-los passarem de “índios brutos” (ou seja, eles como eles sempre foram) a “índios civilizados” (isto é: eles como a falsa imagem do que nós somos). As exceções a esta pedagógica lavagem cerebral e “limpeza étnica” foram sempre pequenas e esporádicas. Levamos tempo, após a Independência e a República, para aprendermos, em pleno século XX, que os povos diferentes de nós têm, como nós, todo o direito a serem como eles próprios. A viverem junto a nós, se quiserem, mas no interior de suas próprias culturas.

Assim, projetos atuais de *educação indígena* são completamente diferentes. Eles partem da história de cada povo indígena. Partem de cada cultura peculiar. Sempre que possível os professores são indígenas. São educadores bilíngües e ensinam primeiro a língua do próprio povo e, apenas depois e secundariamente, o Português. Procuram trabalhar com crianças e jovens a própria “história da tribo” e não a “história do Brasil”. E entre missionários católicos (e alguns evangélicos) participantes da “teologia da inculturação”, todo o trabalho de “evangelização é praticado às avessas. Todo o esforço evangelizador é feito no sentido de que as pessoas e a tribo redescubram a essência de suas próprias ancestrais religiões.

É a algo mais ou menos assim que temos dado o nome de *multiculturalismo*. É a esta prática na educação que temos dado nomes como *educação multicultural*, como um projeto de realização de uma verdadeira *educação inclusiva*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade igualitária e regida por princípios de justiça e fraternidade, a diferença entre culturas é um bem. A sua pluralidade correspondente à presença de diversos grupos étnicos e mesmo nacionais, à diversidade de suas regiões e à associação entre tudo isto e a variedade de vocações e estilos de vida e de representação da experiência particular de um grupo ou povo no curso da realização de sua vida, é desejável. É mesmo um dos indicadores mais fiéis de um estado cultural de liberdade de criação, a partir de diferenças culturais negadoras de diversidades sociais. É em nome disto que se defende na América Latina o direito a que todos os povos indígenas mantenham a plenitude de suas próprias experiências culturais em todos os seus planos, da língua à religião, o que desautoriza qualquer tipo de prática cultural homogeneizadora, mesmo quando em nome de sua “integração à comunidade nacional”, mesmo quando em nome da produção de uma “genuína cultura nacional”.

Num mundo plenamente humano, as relações fundamentais de cultura e através da cultura, são de reconhecimento de sujeitos livres e igualmente produtores e beneficiários da totalidade da cultura, que emerge à história através de um trabalho que afirma, na história, a liberdade, ao negar a possibilidade de domínio de umas pessoas sobre as outras. No processo real da história humana, o reconhecimento entre as consciências é sistematicamente negado, e a dialética das relações entre o homem e a natureza, através da cultura, estabelece a dominação de categorias de alguns sujeitos e grupos sociais sobre outros. A cultura que deriva da desigualdade de condições humanas de produção de bens, poderes e símbolos de compreensão da vida social, é socialmente dividida e reflete relações antagônicas entre grupos no interior da sociedade. A oposição de culturas não é resultante de processos derivados da própria natureza do homem, nem tampouco é uma condição do modo como o homem se relaciona com seu mundo. É um fato histórico que nega a possibilidade de que a História se realize como afirmação da igualdade e liberdade entre todos os homens.

A questão - que não seja apenas uma novidade - do multiculturalismo na educação é uma extensão dele e de suas conseqüências aos direitos humanos. Um esforço para revisitar os direitos humanos e os direitos à educação desde uma perspectiva regida pelo direito à diferença. A responsabilidade da educação em todo este complexo processo não somente como um direito humano, mas como lugar essencial de criação contínua de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Educação como Cultura. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- _____. A cultura na rua. Campinas: Papyrus, 1989.
- _____. A Cultura do Povo, a prática da classe - canções de militância. in: Primeira Conferência Brasileira de Educação. Simpósio sobre concepções teóricas de Educação Popular. Campinas: (cópia), 1980.
- FÁ VERO, Osmar (org). Cultura Popular e Educação Popular - memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 149p. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.
- L. DA TRINDADE, Azoilda (org). Multiculturalismo - mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.
- MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. Campinas: Papyrus, 2000.
- OLIVEIRA, Luis A. G.; SILVA, Petronilha. O Jogo das Diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- RICOEUR, Paul. O si-mesmo como um outro. Campinas: Papyrus, 1991.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. Um discurso sobre as Ciências. São Paulo: Cortez, 2003. _____ .
- A crítica da razão indolente - contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- _____. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo, conhecimento. Educação & Realidade, v. 26, nº 1, p. 13-32.
- SILVA, Tomás Tadeu. Teoria cultural e educação - um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. v.1. 126p.
- WALSH, Roger; VAUGHAN, Frances (orgs). Caminhos além do Ego - uma visão transpessoal. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1999.